

Saturis Pire
A Entrevista

Sem santo nem senha

POR **JOAQUIM LEITÃO**



CONSELHEIRO AYRES D'ORNELLAS

Capitão do Estado Maior

N.º 17 — Numero avulso 60 reis — 12 - III - 1914

Editor e proprietario: **MARIO ANTUNES LEITÃO**

Composto e impresso na Typographia de A. J. da Silva Teixeira, Successor — Rua da Cancellaria Velha, 70 — PORTO.

A ENTREVISTA

Numeros publicados:

- Numero 1.** — Entrevista com JOÃO D'AZEVEDO COUTINHO.
- Numero 2.** — Entrevista com o notabilissimo estadista hespanhol D. EUGENIO MONTERO RIOS.
- Numero 3.** — Entrevista com o Sr. CONDE DE MANGUALDE.
- Numero 4.** — Entrevista com o antigo Ministro do Mexico em Paris, D. MIGUEL DIAZ LOMBARDO.
- Numero 5.** — Entrevista com o DR. CUNHA E COSTA.
- Numero 6.** — Entrevista com FERREIRA DE MESQUITA, ajudante do Sr. Conde de Mangualde.
- Numero 7.** — Entrevista com o PADRE DOMINGOS—O guerrilheiro de Cabeceiras de Bastos.
- Numero 8.** — Entrevista com a Senhora Marqueza de Rio-Maior sobre a SENHORA D. JULIA DE BRITO E CUNHA.
- Numero 9.** — Entrevista com o Sr. Conselheiro JOSÉ D'AZEVEDO CASTELLO BRANCO.
- Numero 10.** — Entrevista com o PADRE AMADEU DE VASCONCELLOS (MARIOTTE). Primeira parte.
- Numero 11.** — Entrevista com o PADRE AMADEU DE VASCONCELLOS (MARIOTTE). Segunda parte.
- Numero 12.** — Entrevista com JOAQUIM OEIRAS — Historia d'uma evasão do presidio d'Elvas.
- Numero 13.** — Entrevista com o CAPITÃO-TENENTE DA ARMADA BRAZILEIRA SR. AMERICO PIMENTEL — Commemorando a Retirada do Sr. Bernardino Machado — A Republica Portugueza e a Republica Brasileira.
- Numero 14.** — Entrevista com o DR. LUIZ TELLES DE VASCONCELLOS — A fuga do presidio de S. Barnabé — Illusões e enthusiasmos.
- Numero 15.** — Entrevista com JOSÉ DE FARIA MACHADO, Secretario de Legação de Sua Magestade Fidelissima.
- Numero 16.** — Entrevista com o TENENTE SATURIO PIRES, Official da Columna de Paiva Couceiro — A Penitenciaria de Lisboa — Exercitos Permanentes e Milicias — Como a Republica attentou contra o exercito — O culto da tradiçãõ — Será precisa uma missãõ estrangeira?

Ilustração Catholica

Revista litteraria semanal de informação graphica, collaborada pelos principaes escriptores portuguezes. Reproduz em formosas e numerosas gravuras os factos mais importantes do paiz e do estrangeiro.

Assignatura annual, 2\$400 — Semestre, 1\$200 — Avulso, 60 reis

Pedidos ao proprietario **Joaquim Antonio Pereira Villela, R. Martyres da Republica - Braga**



D. Ornellas.

A ENTREVISTA

Sem Santo nem Senha

POR

JOAQUIM LEITÃO

N.º 17

12-3-1914

Bismark e o sr. Bernardino Machado

Os ministros portuguezes em Hespanha — O sr. Lambertini e a Rainha Margarida — O ministro da Republica em Berlim — O sr. Bernardino Machado no Brazil — O que pensa a Republica da politica externa — El-Rei D. Carlos e o sr. Arriaga — Bismark e a Republica Franceza.

Que as democracias collocam em manifesta e irremediavel inferioridade para a politica externa as nacionalidades, prova-o esse estreito capitulo da representação da Republica Portugueza no visinho reino. Representada em Madrid successivamente pelo sr. Augusto de Vasconcellos e pelo sr. José Relvas — aquelle um grande operador e um soffrivel professor, este um homem culto com costella de artista e maneiras de sociedade —, tanto um como outro não trouxeram da cõrte de Affonso XIII a impressão de que o regimen que representavam lhes favorecesse a missão de vantajosamente representar o paiz.

D'essa fugaz passagem pela diplomacia, os dois vultos republicanos regressaram decerto com muitos desgostos e com muito mais noção do que é a politica internacional, do que o que haviam levado ao sair do mi-

nisterio dos Extrangeiros, com as suas credenciaes. O sr. José Relvas partiu suppondo que seria uma esplendorosa verdade, accete por todo o mundo, o crêdo democratico.

Nada lucrou a Republica nem o Paiz com a sua ida a Madrid, mas lucrou a educação politica do sr. José Relvas que ao retomar o seu logar no Senado deixou registadas no extracto parlamentar estas solemnes palavras:

Elle, orador, desapaixonado, ha dois annos fóra do seu paiz, volta á patria animado dos mais patrioticos intuitos e, assim, diz aos que aqui se encontram que as difficuldades da Republica, se são grandes no interior, são colossaes no exterior.

Enganam-se redondamente os que julgam que é sympathica á Europa uma Republica intolerante e radical, pois a verdade é que a orientação da Europa é francamente monarchica e conservadora.

Esta afirmação não deve ter agradado aos senadores, mas honra o sr. José Relvas e — o que nos importa —, agrada á verdade.

Não tinha o sr. José Relvas, como o não tinha o sr. dr. Augusto de Vasconcellos, traquéjo dos negocios politicos e diplomaticos; mas ainda que o tivessem, nos seus póstos não teriam deixado outra tradiçãõ do que a que deixaram, a não ser, é certo, apenas melhorada essa tradiçãõ no respeitante ás suas competencias, se fossem representantes d'uma monarchia, em vez de *uma republica intolérante e radical*.

A Republica portugueza foi devéras infeliz na maioria da sua representaçãõ externa.

O sr. Lambertini Pinto, que em Roma esteve como encarregado de negocios, e que agora aspira ao espolio que o fallecido poeta Guerra Junqueiro deixou em Berne, saiu de Italia com uma precária despedida. Conta-se que o sr. Lambertini, n'uma recepção da côrte, estendêra a mão á Rainha Margarida, antes de Sua Magestade lhe dar a mão, e soffrêra o ensinativo de a mãe do actual Soberano italiano passar sem ver o representante da Republica. O sr. Lambertini ter-se-ia queixado ao decano do corpo diplomatico, e a resposta fôra formalmente esta: — quando a Republica pedira o *agrément* para o sr. dr. Euzebio Leão, o governo italiano respondêra ser o antigo membro do Directorio *persona grata*, mas que só se lhe receberiam as suas credenciaes com a condiçãõ de o governo portuguez mandar previamente para Roma outro encarregado de negocios, para que o novo ministro não fosse apresentado pelo sr. Lambertini Pinto.

E isto é passado com um diplomata — mau diplomata, sim — mas de carreira, e tão acostumado a pisar as alcatafas reaes e tão conservador que a

primeira pessoa que os palatinos do Paço das Necessidades encontravam logo de manhã, á porta... do quarto d'El-Rei D. Manuel era o sr. Lambertini Pinto, com rôlos de papel debaixo do braço.

Esses rôlos de papel eram o projecto de uma nova policia preventiva, que o sr. Lambertini levava de Italia, fazendo-se mesmo acompanhar d'um agente italiano, — projecto pelo qual se bateu com todo o carinhoso interesse de defender a pessoa do Soberano dos attentados republicanos.

Que prova isto? que o sr. Lambertini se aguentou em Roma representando secundariamente o Paiz, mas sem *gaffes* de maior, sob o regimen monarchico; a democracia veio, elle entendeu que devia lavar as mãos d'aquelles rôlos policiaes, estendendo a mãosada democratica a toda a gente, mesmo ás Rainhas, para assim se acreditar junto da republica adepto feito.

Do ministro em Berlim, as chronicas não rezam mais brilhante representação. Esse, então, que nunca foi sequer addido, e tem da poderosa Allemanha a noção de qualquer petroleiro imberbe, tóca as raias do ridiculo. Quando El-Rei D. Manuel, anno passado, visita Berlim e é recebido no Paço Imperial com todas as honras de Soberano reinante, com a guarda formada á porta, o hymno da *Carta* entoado pela charanga, o sr. Sidonio escorrega candidamente em interpellar o Kaiser na pessoa do seu Secretario dos estrangeiros...

Mas, será isto apenas a antypathia dos monarchas e imperadores pelos representantes d'uma democracia que adoptou o acto do regicidio?

A jornada do sr. Bernardino Machado ao Brasil, — *uma republica* — responde desenganadoramente.

O sr. Bernardino Machado foi tão maltratado pela chancellaria da repu-

blica brasileira, como o sr. Sidonio pela chancellaria allemã.

O sr. Bernardino Machado rogou, apegando-se com todos os *santos* das *lojas* e dos sobrados, que o sr. Lauro Muller, na sua viagem á Europa, visitasse Lisboa.

O sr. Lauro Muller respondeu :

— « Emquanto houver prêsos politicos nas cadeias portuguezas e expatriados portuguezes por crimes politicos, não ponho os pés em Portugal. »

Na véspera do embarque, o sr. Bernardino Machado, que telegraphára para Lisboa, apresentava-se ao sr. Lauro Muller, com cara de agente de commissões que pedira ordens sobre prêços, aos patrões :

— « Dá-se um indultosinho ! dá-se um indultosinho !... »

— « Indultos — respondeu o sr. Lauro Muller, com toda a auctoridade do prestigio de que se goza na Republica Brasileira — são para os criminosos communs. Não vou a Portugal ! »

Já no mar, radiotelegraphou-lhe a republica portugueza, contentando-se em que o sr. Lauro Muller desembarcasse ao menos em S. Vicente, para não se dizer que s. ex.^a não tocava sequer um palminho de terra portugueza.

O sr. Lauro Muller manteve a sua recusa.

No pasmoso incidente do caso Lobo d'Avila Lima, o sr. Bernardino Machado continuou a ser tratado como até ali. O ministro dos estrangeiros brasileiro tentou favorecer o sr. Bernardino e a chancellaria portugueza, e sobretudo o governo portuguez, liquidando amigavelmente o caso, satisfazendo-se com as explicações e os sorrisos do sr. Bernardino Machado.

O sr. Marechal Hermes da Fonseca, presidente da Republica Brasileira, oppôz-se terminantemente ao abafa-

rête, e assim se explica o telegramma que o chefe do Estado brasileiro dirigiu para Lisboa, accusando a noticia da amnistia.

E seria intérmino fazer a historia da Legação Portugueza no Rio de Janeiro, sob a direcção do sr. Bernardino Machado.

Nós não tratamos aqui senão de documentar com alguns episodios, a verdade adquirida de que as democracias não teem politica externa.

Ao sr. Bernardino Machado metteu-se-lhe na cabeça que sob a Republica, Portugal encontraria no Brasil o mesmo alto acatamento, de que gozava sob a monarchia secular. E tanto que lhe passou pela cabeça supprir a viagem do grande rei D. Carlos com a visita do sr. Arriaga ao Brazil.

O Sr. Bernardino trabalhou muito n'esse sonho, encontrando-se com esta bastante realidade : O sr. Manoel d'Arriaga não é El-Rei D. Carlos, e o Brazil, que com tanto entusiasmo se preparava para receber o Rei de Portugal, não teve, ao conhecer os desejos do sr. Bernardino, senão o alvoroço de lhe fazer comprehender que dispensava a visita do actual inquilino de Belem.

A Republica Portugueza, pelo menos os homens pela mão dos quaes teem passado os negocios politicos e diplomaticos, devem as estas horas estar mais do que convencidos de que os regimens democraticos não são terreno favoravel a uma, já não digamos florescente, mas condigna politica externa.

E' infelizmente sciencia de tarimbeiros, aprendida tarde e a más horas. Senão, se os democratras portuguezes tivessem uma mediocre educação politica e houvessem lido mais alguma coisa do que a historia romantica da Revolução, conheceriam as phrases de Bismarck, para basear a sua politica para com a França, politica toda

tinente a sustentar em França as instituições republicanas: « *Nós não temos certamente o dever de tornar a França mais forte estabelecendo lá uma monarchia em regra.* »

E o intento de Bismarck — enfraquecer a França pela Republica — todos os dias é duramente reconhecido pelo grande povo francez, unico que, pelas suas faculdades geniaes, podia resistir a meio-seculo de repu-

blica, de que aliás a sua grandeza cada dia se ressentia mais.

O sr. Bernardino Machado, — felizmente transfuga da monarchia — não estará talvez ainda convencido da authenticidade historica da politica do chanceller prussiano.

Mas se o sr. Manuel d'Arriaga não se parece com El-Rei D. Carlos, o sr. Bernardino Machado não é positivamente o Bismarck.

O Futuro na Politica Portuguêsa

O Futuro no Exercito

ENTREVISTA

COM O

CONSELHEIRO AYRES D'ORNELLAS

Capitão do Estado-Maior

O problema militar é apenas um pormenor do problema politico — Programmas, não ; principios — A doutrina da « Action Française » e os reparos do patriotismo portuguez — Nem tudo o que quer essa doutrina se pôde applicar em Portugal — A formação da patria Franceza e a unidade politico-geografica de Portugal — O anti-parlamentarismo e a Carta — A phrase de Chateaubriand em 1815 — O que era a nossa constituição e como ella se desvirtuou — A tradição do interesse nacional em Portugal — A guerra da Successão — As côrtes geraes — Os parlamentos regionaes e o descongestionamento da vida politica — O christianismo na historia patria — O que é o Padroado do Oriente — O clero e o Episcopado no actual momento — Os sentimentos de Sua Santidade sobre Portugal e as futuras negociações — O problema Operario — O miguelismo — O exercito.

Na sua entrevista, o tenente Saturio Pires limitou-se a expôr, sobre o problema militar, os pontos de vista que experimentalmente colhera na sua carreira de official, recusando-se terminantemente a entrar em alvitres legislativos ou sequer a indicar a codificação das suas ideias sobre o exercito.

Para completar esse trabalho, procurámos s. ex.^a o snr. conselheiro Ayres d'Ornellas, official de Estado-Maior e um colonial com a reputação feita.

— O tenente Saturio Pires — expuzemos nós —, advogou estes dois principios basilares para o problema militar portuguez : exercito de *metier*,

longa permanencia na fileira. Que diz v. ex.^a?

— Que é isso mesmo. Mas para mim o problema militar é apenas um pormenor do problema politico. Parece-me, portanto, que, antes de abordar o assumpto exercito, era logico dizer-se alguma coisa sobre o nosso futuro politico.

— Tomára eu que os homens publicos monarchicos expuzessem os seus modos de ver, abandonando esse renitente silencio de Sphynge que paira nos arraiaes monarchicos.

— Eu não faço programmas — declarou o snr. Conselheiro Ayres d'Ornellas — Sempre que ouço falar em programmas, respondo a mesma coisa que disse no banquete que os coloniaes portuguezes me offereceram em Lisboa, quando tive a honra de assumir a gerencia da pasta da Marinha e Ultramar: Os senhores —, disse eu aos coloniaes — sabem muito bem o que penso sobre o nosso problema colonial, e é por isso mesmo que me fazem hoje a honra de estar aqui commigo. Sabem tambem que não sou homem que vá agora renegar o que sempre advoguei. Não trago, nem preciso de programmas. Os programmas politicos lembram-me sempre os programmas do Colyseu, que terminam com esta advertencia: *Este programma póde ser alterado por qualquer motivo imprevisto*. Ora, como o imprevisto é frequente, eu recuso-me a desenrolar programmas. Não tenho, pois, programmas; mas tenho principios. O mesmo lhe digo hoje a si, sobre o futuro da politica portugueza: não tenho programmas, tenho principios. Esses principios você sabe muito bem quaes são. Não os vim aprender a Paris, agora. Fui educado com a bibliographia contra-revolucionaria que hoje se receita á mentalidade da Europa. Os meus principios são, pois, os principios contra-revolu-

cionarios em que se baseia a doutrina da *Action Française*, por ser atravez d'ella que mais se teem propagado.

O virus revolucionario.

— Parece que em Portugal a doutrina monarchica da *Action Française* foi por alguns espiritos repellida, por ser estrangeira.

— Lá por isso — replica o sr. Ayres d'Ornellas — não vejo que nos venha mal. Em primeiro lugar, as theorias que formaram o espirito revolucionario e anarchico que lá impéra em Portugal foram theorias francezas — foi o Rousseau. Nunca vi que o paiz se queixasse da origem franceza d'onde nascem tantos conhecimentos nacionaes, da sociologia á arte. Em segundo lugar, o que se diria de um medico que não quizesse adoptar a theoria microbiana de Pasteur, por Pasteur e a sua sciencia ser estrangeira?! Portugal é um organismo social muito doente, atacado pelo virus rábico da revolução; é francez o anti-rábico? Que importa. Venha o sôro. Onde está a peçonha alli está a triaga, disse uma vez o Padre Vieira.

Nem todas as ideias da doutrina da «Action Française» são applicaveis a Portugal.

— E como entende V. Ex.^a que se applique esse sôro. Tal qual a *Action Française* o quer ministrar á França?

— Não, senhor. Nem tudo é applicavel a Portugal. Por exemplo: *o rei presidente das republicas francezas*. Isto no nosso paiz é um contra senso. A formação da nacionalidade foi nos dois paizes essencialmente diversa. A unidade nacional levou em França a fazer-se desde Hugo Capeto até Luiz XV que incorporou a Corsega bem poucos annos antes de Napoleão lá

nascer. Por esses seculos fora, casamentos, negociações, conquistas, foram successivamente aggregando ao primitivo Condado da Ilha de França, ducados, como a Normandia ou a Borgonha, ou a Bretanha, reinos como o de Arles ou da Navarra, com usos, costumes, tradições e até linguas e religiões diversas: a Navarra era huguenote; a Bretanha tinha os seus *Estados* e a sua lingua.

— Ainda hoje é um paiz differente da França; e os bretões, a quem se pergunta se são francezes, respondem: *Somos bretões!*

— Em Portugal nada d'isto se deu. Entre a tomada de Lisboa e a conquista de Silves não ha um seculo. *Rei de Portugal e dos Algarves*. Estava feita a unidade nacional. Depois passou-se aos Algarves *d'além mar*: Começou-se a Expansão. Porque fomos na Europa a primeira nação, das actuaes, por constituir a sua unidade nacional, fomos os primeiros a expandir essa nacionalidade. Não ha acasos em historia. Da unidade nacional, segue-se logicamente a unidade na legislação.

— E o anti-parlamentarismo?

— Repito, a situação da França não é a nossa. A diversa origem dos componentes da Patria franceza deu logar a uma intensa vida provincial, muitas vezes com representação propria. Nada d'isso houve nunca entre nós. Mas as nossas *Cortes Geraes* tambem tinham um papel muito superior ao dos *Estados Geraes* em França; tomavam uma parte verdadeira no Governo da Nação.

E a meu ver a Carta Constitucional não veiu senão reatar a tradição nacional que o Marquez de Pombal cortára organisando o *despotismo*.

A Carta Constitucional.

— Então acha que a Carta...

— Meu caro amigo, eu quereria poder applicar o que Chateaubriand dizia quando da Segunda Restauração: *Il faut que la Charte soit desormais une verité!* A nossa monarchia não é a monarchia franceza. Foi a Nação e as Cortes que collocaram D. João I no throno: foi a Nação e as Cortes que acclamaram D. João IV. A's Cortes recorriam os reis como á Nação, nos momentos de crise. Foram as Cortes que resolveram que o Infante D. Fernando ficasse em Fez: não quizeram que se entregasse Ceuta. Quando foi de outra crise seriíssima, da Guerra da Successão, D. Pedro II publicou um manifesto ao Paiz para explicar porque tomava partido pela Casa d'Austria contra os Bourbons. A doutrina da Soberania nacional encarnada no Rei é genuinamente portugueza. E o Marquez de Pombal por mais d'uma vez fez condemnar como *herejes* aquelles que a defendiam. Por isso eu sustentei que a *Carta* de 26 viéra reatar a tradição nacional.

— Como quer então a Carta?

— No seu espirito; com a separação dos poderes. Olhe que entre nós estava tudo confundido. O poder legislativo invadira tudo. Quasi não havia membro do Parlamento que não fosse funcionario publico. E' a negação do systema.

— Mas não approva os parlamentos regionaes, as juntas corporativas, a descentralisação e o apuramento gradativo das competencias até chegar ao parlamento central, consultivo?

E' preciso que Portugal não seja a Arcada.

— Approvo a descentralisação e reputo mesmo indispensavel desviar de Lisboa aquella singular congestão da vida politica que tanto perturbava. Gostaria de ver restabelecidas as nossas antigas *Juntas Geraes*, a cargo das

quaes deviam ficar certos serviços publicos provinciaes. Não podêmos impôr ao espirito nacional uma doutrina, de um dia para o outro, nem alterar d'uma hora para a outra todo o mechanismo administrativo e governativo, sob pênna de não nos fazermos comprehender. Mas com as *Juntas Geraes* já, por assim dizer, se descongestionava a nossa vida politica, tirando á *Arcada* aquella supremacia que ella tinha.

— E tem.

— Portugal não era já Lisboa, era effectivamente a *Arcada*, isto é, uma casta de burocratas-politicos ou de politicos-burocratas, como quizer. Vida publica, só havia no Parlamento, sujeita portanto a toda a viciação especial do meio, sahida quasi totalmente do suffragio porque a Camara dos Pares já não era afinal senão uma especie de Camara de deputados reformados. E como os politicos eram funcionarios ou militares a politica corrompeu a administração publica como viciou profundamente o Exército. Isso tem que acabar; *nem um militar, nem um funcionario devem ter entrada na vida politica*. Quanto á restante descentralisação, á colonial, lá está a minha organização administrativa de Moçambique, pelo menos, para dizer o que eu penso.

Questão religiosa.

— E a questão religiosa?

— Está claro que, como portuguez e Catholico, sou *Padroadista*. Nada mais curioso do que ouvir o que os actuaes governantes têm dito a tal respeito. Só mostra como elles são *estrangeiros* a tudo quanto é portuguez. Ora o *Padroado* representa por parte da Igreja o reconhecimento dos incomparaveis serviços prestados pela Monarchia portugueza á propagação do Evangelho e da Fé Christã,

isto é, a affirmação dos serviços unicos prestados por Portugal á causa da civilisação europeia. O que isto representa de força, verdadeira e positiva, para o nosso paiz, é preciso ser republicano para o não ver.

— Mas actualmente...

— Actualmente, cumpre-me em primeiro logar deixar aqui bem affirmado o testemunho da minha veneração e do meu respeito pelo Clero e pelo Episcopado da Igreja lusitana que souberam, perante uma perseguição como ha muito a não soffre a Religião Catholica, manter integro o deposito Sacrosanto da Fé e da União com a Santa Sé Apostolica. Como homem publico entendo ser este o maior serviço que na crise presente foi prestado á nacionalidade portugueza. Pode-se perceber o significado do que a Igreja chama tão fortemente a *communhão dos mortos* e manteve-se um dos caracteres essenciaes da nossa historia: a da Monarchia *Fidelissima*. Depois, V. comprehende: não creio que haja um portuguez merecedor d'esse nome que não pense que a situação que a republica criou só pode ser modificada d'accordo com a Santa Sé. E os sentimentos que a respeito da Igreja portugueza tem sido revelados por Pio X quer na Encyclica *Jamdudum* como em outros documentos pontificios são garantia da forma como o soberano Pontifice acolheria uma attitude d'essa natureza.

— E o problema operario?

— Tomou um estado agudo pelos absurdos da republica. Que o operario tenha direito *de trabalhar*, o que não é o direito *ao* trabalho, que tenha igualmente o de *folgar*, creio não suscitar duvida para ninguem. Já vê que eu não fallo em *greve*. Detesto a palavra. Em primeiro logar não é portugueza. Depois dá logo ideia da especulação e da exploração politica.

E' o que cumpre cuidadosamente evitar, no proprio interesse do operario, a qualquer legislação sobre o caso: a folga é um phenomeno meramente economico que como tal tem que ser encarado.

Baratear a vida do operario, é o que julgo essencial, o que melhor o serve a elle, e o que mais facil seja de conseguir.

Quer ainda que lhe falle no *miguelismo*? O Senhor D. Miguel quiz praticar um acto de grandeza d'alma e d'abnegação: os seus partidarios não lh'o consentiram? E' um caso entre elles. Mais nada.

— E o Exercito. Vamos emfim occuparmo-nos d'elle.

— Vamos lá! Concordo plenamente com as ideias defendidas pelo Satrio Pires. Serviço a longo praso. Porque não serão cinco annos? E o exercito activo reduzido. Não julgo possiveis mais de tres divisões, a tres brigadas, a dois regimentos. Cada um d'estes a tres batalhões e quatro companhias.

— E a cavallaria?

Tres brigadas a dois regimentos a quatro esquadrões e mais uma brigada independente com a mesma composição.

— E a artilharia?

— Tres regimentos d'artilharia de campanha e 8 baterias a 6 boccas de fogo.

Mas isto é o esqueleto geral, está claro. Para mim ha dois pontos essenciaes. Quero um exercito *de profissionaes*. E' o que hoje se quer e se procura em toda a parte. E quero que as unidades tacticas tenham um effectivo minimo permanente, por forma que a instrucção seja uma realidade. Isso é com o orçamento. Eu reputo no estado actual das finanças nacionaes um crime gastar com a defeza nacional mais de um decimo da receita total do Estado. Exercito e Armada.

O que se gasta com a defeza nacio-

nal, que *hoje* não existe, é um absurdo. Trinta e tantos regimentos d'infanteria e o resto na proporção. Mas a Belgica que é um paiz riquissimo, com *sete* milhões d'habitantes tem *vinete* regimentos de infanteria. Quem me dera a mim que nós possamos ter dezaseis ou dezoito, mas que sejam regimentos, e não *pretextos para quadros*..

— O que significa...

— A reforma de 1884 é a origem de todos os males do exercito portuguez. Elle não durou um quarto de seculo depois d'ella. Os quadros prescriptos n'ella eram tamanhos que nunca houve dinheiro para os preencher. E a instrucção, que se não podia dar nos regimentos, dava-se nas Escolas, e o serviço da fileira, foi pouco a pouco desapparecendo perante o das Escolas. Póde crer, é isso um bem triste symptoma da decadencia do espirito militar. Este só se conserva e se mantem em regimentos, com actividade, com vida propria, com historia e com tradicção. Tudo o mais póde ser muito scientifico, mas não é nada militar. Falta d'espirito militar, excesso d'espirito politico, aqui tem, e mais nada, o que explica o cinco d'outubro.

E que tradicção militar tinha por exemplo a velha organização de D. Sebastião e com o exercito activo, as milicias, e as ordenanças! Ella permittiu ao paiz resistir a todo o peso da monarchia hespanhola durante a longa e porfiada lucha da Independencia. Depois, na guerra Peninsular foi ella que deu ao Wellington o apoio, sem o qual, é elle que o declarou, nunca o Exercito britannico se aguentaria na Peninsula. Mas ha mais: quando depois de Iena, Scharnhorst e Gneisenaw, tomaram o encargo da restauração das forças militares prussianas, foi á classica organização militar portugueza que foram buscar os moldes

em que vasaram a sua tão apregoada *nação armada*. Depois, quando das guerras da Liberação, cujo centenário corria ha pouco, nas proclamações ardentemente patrioticas de Blucher ou de Bulow, é o exemplo dos *portuguezes* que é citado para inspirar os *allemães*! Tenho na minha livraria, na Madeira, uma obra de Von Schoell, em que muitas vezes li taes proclamações. Você está d'aqui a ver hoje o Kaiser a dar como exemplo ás suas tropas o exercito que tem nas suas fileiras o coronel Barreto! Mas o que eu contei, passava-se nos tempos da Monarchia, da *ominosa*!

— Quer a tradição.

— Se a quero? Não quero outra coisa. E ou ella se reata, ou tudo se

perde. E' até esse o motivo porque não quero fallar com mais minucia no nosso patrimonio ultramarino. Se eu já nem sei se elle ainda é nosso! Mas tambem, deixe-me dizer-lhe, que a republica de Lisboa não está mais adiantada do que qualquer de nós. A *liquidação do nosso dominio ultramarino está-se tratando cá fóra tal qual como se em Portugal não existisse governo*. Entende o paiz que aquillo que lá está em Lisboa satisfaz á primeira e essencial condição de qualquer governo — *defender os interesses nacionaes*? Se julga o contrario, como toda a gente, como é que aquillo ainda dura? A republica só teve razão de ser para satisfazer appetites de estranhos.

